

História e memória:

Discussões e reflexões sobre os arquivos privados nas décadas de 1970 a 1980

History and memory: discussions and reflections on private archives in the 1970s to 1980s /

Historia y memoria: discusiones y reflexiones sobre archivos privados en los años 1970 y 1980

Talita dos Santos Molina

Doutora em História pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP). Pesquisadora da Associação
Nacional de História (ANPUH), Brasil.
talita.molina2020@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre as relações entre preservação documental e a atuação de instituições que trabalham com arquivos privados. A partir de uma reflexão entre história, memória e patrimônio documental, evidenciam-se disputas em torno da memória social por meio da análise de anais de congressos da AAB e da Anpuh, e de artigos das revistas *Arquivo & Administração*, *Acervo* e *RBH*, publicados nas décadas de 1970 e 1980.

Palavras-chave: história e memória; arquivos privados; patrimônio documental.

ABSTRACT

This article presents a study on the relationship between document preservation and the performance of institutions that work with private archives. Based on a reflection between history, memory and documentary heritage, disputes surrounding social memory are highlighted through the analysis of conference annals from AAB and Anpuh, articles from the periodicals *Arquivo & Administração*, *Acervo* and *RBH*, published in decades of 1970 and 1980.

Keywords: history and memory; private archives; documentary heritage.

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio sobre la relación entre la preservación de documentos y el desempeño de las instituciones que trabajan con archivos privados. A partir de una reflexión entre historia, memoria y patrimonio documental, las disputas en torno a la memoria social son resaltadas a través del análisis de anales de congresos de AAB y Anpuh, artículos de las revistas *Arquivo & Administração*, *Acervo* y *RBH*, publicados en las décadas de 1970 y 1980.

Palabras clave: historia y memoria; archivos privados; patrimonio documental.

Introdução

Este artigo se propõe a acompanhar algumas dimensões das relações entre preservação documental e a atuação de instituições que trabalham com arquivos privados, relacionando com as disputas em torno da memória social que se tornaram públicas nas décadas de 1970 e 1980 no nosso país.

As concepções e as políticas propostas sobre a questão da preservação do patrimônio documental aqui destacadas têm origem em pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que originou a tese de doutoramento *Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento (1984-1988)* (Molina, 2018). O estudo foi realizado com base em pesquisa documental do Arquivo Central do Iphan – seção Rio de Janeiro, além de publicações diversas como a revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, a revista *Arquivo & Administração*, da AAB, e os anais de congressos da AAB e da Anpuh. O objetivo central da referida tese estava em compreender de forma mais ampla o Pró-Documento por meio de um exame das dimensões históricas propostas, das concepções e políticas sobre a questão da preservação do patrimônio documental em nosso país, que emergem no contexto das discussões sobre novas demandas memoriais e renovação da historiografia brasileira, além das propostas relativas ao papel das instituições arquivísticas e a preservação documental na década de 1980.

Em primeiro lugar, cabe indicar que esta discussão não se volta para a questão da gestão documental, embora com ela se relacione, mas sim para os processos de constituição do patrimônio documental, ou mais especificamente os de constituição e preservação dos arquivos privados como arquivos permanentes. Partindo da definição de arquivos privados como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa”,¹ cabe salientar algumas questões introdutórias que dizem respeito à natureza dos processos que transformam documentos correntes e de uso ordinário em documentos históricos e patrimônio documental e, mais especificamente, questões que problematizam a historicidade desses processos de preservação do patrimônio documental no caso brasileiro. Assim, como propõe Le Goff, entende-se que o documento não é inócuo, e sim “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas

1 Também chamado arquivo particular. Definição de acordo com o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional, 2005, p. 35).

durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (Le Goff, 2003, p. 537).

Ainda partindo da perspectiva do mesmo autor, adota-se a compreensão de que a preservação documental não é meramente uma operação objetiva e técnica, e que os documentos se tornam históricos não por acaso, pois “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores [por exemplo]” (Le Goff, 2003, p. 525).

Aliás, saliente-se que Marc Bloch (2001), em sua obra *Apologia da história*, já alertava que

ao contrário do que parecem por vezes imaginar os principiantes [e diríamos não só os principiantes, mas vários dentre nós que pensam a preservação como questão eminentemente técnica], os documentos não surgem, aqui ou acolá, por artes mágicas. A sua presença ou sua ausência em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas que sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios de técnicos, respeitam, eles mesmos, o mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. (Bloch, 2001, p. 117)

Sabe-se, então, que são considerados documentos históricos aqueles que são selecionados e preservados, e é esse processo que torna os documentos permanentes. Os conjuntos de documentos permanentes, normalmente, ficam sob a guarda das instituições arquivísticas, pois elas são responsáveis pela organização e pela preservação de conjuntos documentais. Conforme indica Paulo Knauss, quando preservado nas instituições arquivísticas, o documento se torna suporte da memória da ação produzida, ele passa a ser registro do passado e se afirma como documento histórico e como patrimônio cultural.

Importa salientar que, durante os ciclos de sua vida, os documentos sofrem uma transmutação de sentido que os desloca da produção de um ato para a recordação do mesmo ato. Considerando que os documentos nascem correntes,² sobrevivem como

² Arquivos correntes: conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração (Arquivo Nacional, 2005, p. 29).

intermediários,³ e se redefinem como permanentes,⁴ entre a primeira e a última fase de sua vida eles continuam sempre sendo os mesmos suportes materiais de informação, mas o seu sentido é transformado.⁵ Nessa passagem é que os usos dos documentos são redefinidos, e nesse momento eles deixam de transportar ações do presente, para transportar ações do passado. Há uma mudança de inserção temporal em torno da transmutação de sentido dos documentos. Nesse caso, os usos do passado fazem a diferença, pois os documentos passam a ganhar outra razão de ser e se instalam nos arquivos. No início de sua vida, o documento é registro do presente, na terceira fase de sua vida ele passa a ser registro do passado e se afirma como patrimônio cultural. (Knauss, 2010, p. 10)

Importante salientar que os documentos de caráter permanente que encontramos nos arquivos dos nossos dias não foram sempre vestígios de outro tempo. Como documentos correntes, eles serviram ao instante do presente. Assim, as instituições que procuram “salvaguardar” os arquivos privados buscaram fazer essa transmutação de sentido dos conjuntos documentais quando trabalharam com projetos de preservação e de organização de arquivos privados, pois esses documentos que já cumpriram sua função de servir ao presente estavam sendo preservados para se tornarem sinais de outro tempo.

Knauss também afirma que revisitar os documentos históricos de arquivos, nesse caso, significa sempre reafirmar a particularidade do presente frente aos outros tempos e que, portanto, os usos do passado se organizam no presente: “Assim, a transmutação do sentido do documento acompanha de fato um deslocamento dos tempos, pois é no presente que o passado se define. O passado não é dado, mas construção atualizada do presente” (Knauss, 2010, p. 11).

Dessa forma, a reflexão desenvolvida neste artigo procura indicar as discussões de pesquisas de mestrado e de doutorado sobre arquivos privados (Molina, 2013). Busca-se isso por meio da análise das atuações de instituições de salvaguarda do patrimônio documental, que tinham como principal intuito auxiliar projetos de preservação e organização de arquivos privados considerados históricos e de excepcional valor.

3 Arquivos intermediários: conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação (Arquivo Nacional, 2005, p. 32).

4 Arquivos permanentes: conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor (Arquivo Nacional, 2005, p. 34).

5 Quando o sentido do documento é transformado para valor permanente, por exemplo, é porque cessou o valor primário (Knauss, 2010, p. 9).

Na dissertação do mestrado, a análise realizada sobre os processos de patrimonialização voltados para os arquivos privados, efetuados por instituições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural do país, quais sejam, o Iphan,⁶ o Condephaat⁷ e o Conarq,⁸ seja por processo de tombamento ou como declaração de interesse público e social, indicaram um “processo social de transformação do arquivo em patrimônio”, uma “produção de legados históricos” (Molina, 2013, p. 34).

Já naquele momento, embora a análise estivesse centrada na discussão de processos de patrimonialização recentes, apontou-se a complexidade dos processos de incorporação dos documentos ao patrimônio histórico e cultural brasileiro, como também para o lugar quase marginal ocupado pelos documentos privados nesse contexto.

Ao estudar os processos de patrimonialização realizados pelo Iphan, pelo Condephaat e pelo Conarq com relação aos arquivos privados, identificou-se que o número de arquivos analisados por essas instituições é ínfimo perto da quantidade de arquivos privados existentes em nosso país. Assim, pode-se concluir que as ações de patrimonialização relativas aos arquivos privados continuam, mesmo com a atuação do Conarq, residuais. Na referida dissertação de mestrado é indicado que:

[quanto] às solicitações do Iphan⁹ e Condephaat percebemos que os processos de patrimonialização dos arquivos privados são esparsos, esporádicos e ocorreram por razões políticas localizadas e, quando ocorrem, é quase que por acidente, como nos casos dos processos de tombamento de bens edificados que acabam por descobrir arquivos em risco de perda ou possível dispersão. Quanto às solicitações do

6 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br>. Acesso em: 28 ago. 2023.

7 O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

8 O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) é um órgão colegiado instituído no âmbito do Arquivo Nacional, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Foi criado pelo art. 26 da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/acao-a-informacao/institucional/o-conselho>. Acesso em: 27 jul. 2023.

9 Indica-se no mestrado que o Iphan e o Condephaat tombaram três acervos, tecendo-se uma discussão mais aprofundada sobre o processo de “tombamento” (Molina, 2013, p. 57).

Conarq,¹⁰ mesmo se considerarmos que sua atuação é relativamente recente e que só em 2004 ocorre a tramitação do primeiro pedido de declaração de interesse público e social no órgão, identifica-se uma certa morosidade na divulgação e implementação do instrumento. (Molina, 2013, p. 113)

Dessa forma, observa-se que, diferentemente do patrimônio edificado, a constituição do patrimônio documental entre nós não teve como processo fundamental os institutos de tombamento ou outros expedientes explícitos e oficiais, como o reconhecimento do interesse público e social de qualquer documento ou conjunto documental. Por essa razão, a preservação de um vasto universo de documentos hoje sob a custódia das instituições arquivísticas públicas e privadas no Brasil, que são reconhecidos como documentos permanentes/históricos, deve sua existência a um processo complexo de constituição dessa herança que pode ser rastreada mais seguramente desde a metade do século XX.

Na conjuntura dessas discussões sobre a preservação dos arquivos privados, parece importante pontuar dimensões desse processo no que diz respeito tanto às novas demandas memoriais, e aos movimentos de renovação da historiografia brasileira, quanto às propostas em relação às novas diretrizes para as instituições arquivísticas e para a preservação documental em nosso país.

Desse modo, para que se compreenda melhor esse processo das demandas memoriais e da renovação historiográfica brasileira com o de preservação do patrimônio documental, acredita-se ser necessário discorrer, primeiramente, sobre a relação entre história, memória e patrimônio documental nas décadas de 1970 e 1980. Posteriormente apresenta-se um debate sobre o patrimônio documental, indicado em três publicações da área: revista *Acervo*,¹¹ do Arquivo Nacional; os anais de congressos da AAB¹² e da Anpuh; e a revista *Arquivo & Administração*,¹³ da AAB.

¹⁰ Até o ano de 2022, o Conarq tinha aprovado como arquivos de “interesse público e social” 19 conjuntos documentais. Importante refletir que não é o Conarq quem desencadeia o processo de declaração de interesse público e social, na verdade é pedido pela instituição, empresa, ou pessoa física que esteja interessada em fazer a solicitação. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados>. Acesso em: 27 jul. 2023.

¹¹ Publicação quadrimestral do Arquivo Nacional, sendo sua primeira edição de 1986, tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de arquivologia e história. Até o ano de 2023 já publicou 36 volumes. Como a revista iniciou seu expediente em 1986, até o início da década de 1990 foram publicadas nove edições.

¹² O Congresso Brasileiro de Arquivologia foi um evento da então Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que vinha sendo realizado desde 1972. Tinha como principal objetivo o fomento das discussões e reflexões na arquivologia. Da década 1970 até início dos anos 1990 foram realizados oito congressos.

¹³ A revista *Arquivo & Administração* – uma publicação da AAB –, foi idealizada por profissionais de documentação e informação, e seus artigos destacaram-se na comunidade por apresentarem não só a prática arquivística, mas também as mais distintas reflexões sobre o campo. Editada entre 1972 e 2014, com algumas interrupções, essa revista se constituiu no mais importante periódico científico brasileiro na área de arquivologia (Gomes, 2011, p. 108).

Ressalta-se que o principal aspecto de interesse a se discutir neste texto é a dimensão dos documentos como suporte de memória. Nosso intuito está em analisar o processo de preservação do patrimônio documental em seu sentido de processo histórico por meio dos procedimentos de patrimonialização dos documentos, que os transforma em documentos históricos – que também podem ser chamados de arquivos permanentes.

História, memória e patrimônio documental

A dinâmica de preservação e renovação das fontes históricas está intimamente articulada às relações que as sociedades estabelecem com seu passado e com suas reivindicações no campo da memória social a cada conjuntura histórica (Cruz, 2016). Essa discussão é de fundamental relevância, pois os arquivos “são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro” (Mathieu e Cardin, 1990, p. 114 apud Jardim, 1996, p. 6).

Le Goff afirma que preservar o patrimônio nada mais é que preservar a memória local, regional, nacional, implicando ações em que o Estado procura conservar seus bens do passado para que, no presente, a população se sinta representada em seu país. Nas sociedades modernas, a criação de políticas públicas para proteger bens culturais está atrelada à vontade coletiva de preservar sua memória, propagada nos bens considerados representativos das identidades nacionais, regionais e locais. Conforme argumenta Le Goff, “a memória é ligada à vida social que varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história e acumular objetos” (Le Goff, 2003, p. 419).

Desse modo, indica-se que o arquivo tem grande significado não só como fonte de informação, mas também como um patrimônio histórico e cultural – aqui se tem como foco o patrimônio documental, no qual se está preservando a memória individual e coletiva de uma determinada sociedade.

O que se tem até aqui, então, são indicações de disputas políticas por meio da memória e da preservação documental. Deve-se destacar que o ato de organizar e constituir arquivos se refere à organização de poderes em torno da história e da memória social em cada presente. Também se compreende que as intenções dos arquivos e de seus atos de preservação estão intimamente articuladas às disputas sociais em torno da produção da lembrança e do esquecimento em cada momento histórico (Schwartz; Cook, 2002 apud Cruz, 2016, p. 55).

Ao problematizar as relações entre memória e documento, indicando demandas sociais emergentes nos anos 1980, o artigo de Heloísa Faria Cruz conduz uma discussão sobre as novas demandas memoriais daquela época. Como propõe a autora, naquela conjuntura, no Brasil, mas também no continente americano, identifica-se a multiplicação de demandas culturais e políticas que se desdobraram em disputas sobre as memórias relativas ao passado recente, principalmente no que diz respeito à documentação referente aos períodos de regimes repressivos no Cone Sul, contexto no qual muitos países assumiram como política pública de governo a tarefa e o dever do Estado de recuperar, preservar e publicizar a documentação sobre os períodos de violência institucionalizada.

Assiste-se, então, ao surgimento de movimentos sociais diversos, que reivindicam direitos e visibilidade na cena pública, o que também se alarga nas definições das políticas em relação ao patrimônio, o que acaba abrindo e democratizando conceitos e concepções de memória e patrimônio vigentes na época. Da mesma forma, temos uma renovação nos estudos acadêmicos referentes à memória social e ao patrimônio “gerando novos campos de pesquisa e movimentos de registro e preservação de novos suportes de memórias” (Cruz, 2016, p. 40).

No Brasil, o período de transição democrática trouxe à tona demandas por políticas de memória capazes de ampliar o repertório de referências culturais, questionando concepções elitistas que predominavam em torno do conceito de patrimônio. De acordo com a afirmativa de Heloísa,

o processo de alargamento dos critérios sobre avaliação e preservação proposto pelas políticas patrimoniais das últimas décadas do século XX amplia o conceito de patrimônio cultural para além dos bens edificados, incorporando também os patrimônios imaterial, documental, ambiental, genético, entre outros. (Cruz, 2016, p. 41)

Tais questões também são destacadas por Roberto Pittaluga, em artigo intitulado “Notas a la relación entre archivo e historia”, quando faz uma discussão sobre a situação dos arquivos da Argentina, abordando a relação entre memória e arquivos e o processo de democratização do país. O autor afirma que o “acesso, a composição e a interpretação de um arquivo podem ser tomadas como um indício da democratização de uma sociedade”.

Del mismo modo la democratización en la conconstucción, gestión y localización del archivo puede ser pensada como la clave para sostener la crítica del mandato, de la autoridad del archivo, y de sus gestores, los nuevos arcontes. Esa democratización necesariamente debe alcanzar a las políticas del Estado en relación al patrimonio

(que incluye la de-signación de aquello que lo compone), pero precisa también de una práctica de archivación llevada a cabo en distintas instancias de la sociedade civil. Es esa práctica democrática, la que puede ser el modo de hacerse cargo de lo que el nombre archivo guarda para sobre-imprimirle su propia crítica. (Pittaluga, 2006-2007, p. 3-4).

Conforme afirmado anteriormente, interessa discutir a dimensão dos documentos como suporte de memória, quando eles se transformam em arquivos permanentes, que chamamos aqui de patrimônio documental.

Quanto aos arquivos privados e sua relação com a renovação historiográfica, Luciana Q. Heymann afirma que o aparecimento dos conjuntos documentais privados também está interligado com a transformação do campo historiográfico, e que é a partir da década de 1970 que se percebe uma nova relação do historiador com esse tipo de fonte, que se revelou de grande qualidade e potencialidade, e permitiria a produção de um novo tipo de reflexão histórica (Heymann, 2012, p. 36).

As discussões sobre o tema passaram a ser trabalhadas pelos historiadores, principalmente, tendo como uma das tendências os conjuntos de documentos pessoais e os arquivos de entidades civis ou de organizações não governamentais. Conforme indica Ângela de Castro Gomes, com a renovação historiográfica iniciada nas primeiras décadas do século XX, como por exemplo a Escola dos Annales na França e os Estudos Culturais na Inglaterra,¹⁴ ampliou-se o conceito de fontes históricas, surgindo estudos baseados não só em documentos públicos, como também em documentos privados – diários íntimos, correspondências pessoais, arquivos institucionais e pessoais, entre outros (Gomes, 1998, p. 121).

Para Philippe Levillain, foi a partir da década de 1970 que a história social deu aos documentos privados uma nova dimensão, pensando-os como rastros expressivos dos meios sociais silenciosos do indivíduo, proporcionando à análise histórica uma dimensão singular (Levillain, 2003, p. 166).

Cristophe Prochasson também afirma que foi na década de 1970 que os historiadores, principalmente na França, voltaram-se com uma “gula irreprimível para o que convém chamar de fontes privadas”. Esse interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de paradigma fundamental na história das práticas historiográficas (Prochasson, 1998, p. 120).

O autor aponta dois fatores que podem esclarecer o gosto pelo arquivo privado: o primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e a multiplicação

¹⁴ Esses grupos de estudos “ampliou as perspectivas da pesquisa histórica, introduzindo novas abordagens, temporalidades e sujeitos” (Miranda, 2011, p. 4).

dos trabalhos sobre os intelectuais; e o segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, por meio da micro-história¹⁵ e da antropologia histórica, à busca por fontes menos seriais e mais qualitativas.

Essas renovações das pesquisas acadêmicas chegam ao Brasil na conjuntura da redemocratização. Assim sendo, os arquivos privados adquirem um lugar especial em instituições universitárias, refletindo na criação de centros de documentação em diversas faculdades e, ao mesmo tempo, em centros populares que buscavam informar os cidadãos de seus direitos a partir da guarda de documentos relacionados às manifestações promovidas pelos movimentos sociais do período, como por exemplo o CPV.¹⁶ Dessa forma, também interessa aqui analisar como as instituições arquivísticas – incluindo os centros de documentação e outros espaços da preservação permanente do patrimônio documental –, vistas como lugares de memória e de guarda dos documentos permanentes/históricos, acabaram por contribuir nesse processo de preservação dos arquivos privados.

Conforme afirma Knauss, os centros de documentação, em sua maioria universitários, tornaram-se importantes instituições na preservação e difusão dos arquivos privados, pois sua criação deve-se a dois movimentos: primeiramente, houve um movimento oficial que reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental e, posteriormente, o movimento que procurou proteger o que as forças oficiais da época não admitiam – como, por exemplo, o arquivo do AEL-Unicamp, em 1974, e o Arquivo Ana Lagôa, localizado na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), em 1996 (Knauss, 2010, p. 13).

Percebe-se, então, um aumento dos centros de documentação no Brasil a partir da década de 1970. Dentre os centros organizados nesse período que se preocuparam, principalmente, com os arquivos pessoais, temos o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), que reuniu arquivos pessoais de políticos brasileiros a partir de 1930, como de Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Filinto Muller, Ulysses Guimarães, entre tantos outros.

Além dos arquivos pessoais, temos os de instituições particulares, como os arquivos acumulados e organizados no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), no Cedec (PUC-SP), o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp,

¹⁵ A micro-história é um gênero historiográfico surgido com a publicação, na Itália, da coleção *Microstorie*, sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, pela editora Einaudi, entre 1981 e 1988. Vem sendo praticada principalmente por historiadores italianos, franceses e estadunidenses, com ênfase no papel desempenhado pelos primeiros, na importância da revista *Quaderni Storici* e no sucesso da referida coleção *Microstorie*.

¹⁶ O Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, originalmente Centro Pastoral Vergueiro (CPV), foi fundado em 1973. Disponível em: <https://www.cpvsp.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

o Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV), o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e muitos outros. Vários desses centros caracterizam-se por sua especialização em acervos de movimentos sociais e de resistência atuantes principalmente nas três últimas décadas do século XX. Assim, em todos esses casos, de acordo com Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade têm um papel decisivo na preservação e na proteção do patrimônio documental local e regional (Knauss, 2009, p. 14).

Célia Reis Camargo, em sua tese, debate tais questões acrescentando que, no período que a autora intitula como da “construção da memória”,¹⁷ entram em cena novos atores, como as instituições universitárias,

que assumem a liderança em suas respectivas áreas de especialização, no âmbito do patrimônio histórico, criando centros de memória e documentação, preservando fontes regionais/locais, cumprindo recomendações do Plano Nacional de Cultura (1975) que as estimulava a preservar a documentação de valor histórico. (Camargo, 1999, p. 75)

A criação dos centros de documentação também está envolvida com o crescimento dos programas de pós-graduação, ambos refletem desdobramentos da mudança de perspectiva com relação aos tipos de fontes que o pesquisador poderia passar a utilizar na área de ciências humanas. O acesso a esses conjuntos documentais também era motivo de debates nesses programas, um bom exemplo disso encontra-se na *Revista Brasileira de História*,¹⁸ publicada pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh) – hoje Associação Nacional de História –, em sua edição de março de 1983, na qual foi feita uma transcrição do Encontro Documentação e Pesquisa Histórica, organizado pela Anpuh e pelo SPBC, realizado em Campinas/SP, no dia 9 de julho de 1982.

Nesse evento, Raquel Glezer, secretária-geral da Anpuh à época, afirmou que o encontro tinha como intuito “adquirir mais informações sobre as pesquisas feitas no período, por meio das apresentações das instituições, seu funcionamento e perspectivas” e que, ao final, foi possível observar “a disparidade

¹⁷ Camargo afirma que, para explicar possíveis continuidades ou rupturas das políticas patrimonialistas, é necessário apresentá-las em quatro períodos, quais sejam: 1) de 1808 a 1889, reconhecido como construção da nação; 2) considerado como o de construção da federação, estendeu-se de 1890 a 1937; 3) de 1937 a 1975: registra-se a configuração do modelo político de proteção, instituindo o patrimônio e a história como questão de Estado; e 4) inicia-se em 1975 e é o período da construção da memória.

¹⁸ A *Revista Brasileira de História* (RBH) publica artigos originais e alinhados com o avanço da produção historiográfica contemporânea. Visa atuar como um veículo de divulgação das práticas de pesquisa, escrita e ensino da história. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

total de condições de trabalho de pesquisa existente entre os diversos grupos em todo o Brasil, o que nos faz reiterar a importância da continuidade de outros encontros como este” (Glezer, 1983, p. 5).

As apresentações procuraram mostrar o andamento das pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação em história, de núcleos de documentação e pesquisa, institutos e centros de documentação e pesquisa, entre outros. Na revista encontram-se relatos de pesquisa em diversos locais de nosso país, como Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo (capital), Campinas e Piracicaba. De forma mais abrangente, os textos indicam que boa parte dos programas, núcleos e centros de documentação iniciaram suas atividades na década de 1970 e, portanto, a publicação dessa revista estaria divulgando os primeiros resultados dos trabalhos feitos em nível de mestrado e doutorado.¹⁹

O referido encontro destacou que a principal atividade desse evento estava em promover contatos entre diversos grupos de pesquisas históricas existentes no Brasil, “que se agrupam sob diferentes denominações: arquivos, centros de documentação, núcleos de documentação, núcleos de pesquisa e cursos de pós-graduação”.²⁰ Entretanto, a autora afirma que, nas discussões, notou-se a dificuldade em realizar as pesquisas, seja pelas condições de trabalho, seja pelas condições dos conjuntos documentais e o acesso a eles (Glezer, 1983, p. 5).

Camargo, em sua tese, traz indicações sobre a importância das instituições arquivísticas no período. Afirma que “entram em cena instituições como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa e a Fundação Getúlio Vargas, por meio de seu Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil”. Além dessas instituições, Camargo assevera que também temos as universidades que, no “âmbito do patrimônio histórico, criam centros de memória e documentação”. Então, o que se observa são surtos de ampliações institucionais (Camargo, 1999, p. 74-75).

19 A criação de programas de pós-graduação em história no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro ocorreu na década de 1970: em 1971, na USP; em 1972, na PUC-SP; em 1976 na Unicamp; em 1978 na Unesp, campus Assis, e em 1979 no campus Franca. No estado do Rio de Janeiro, temos, em 1971, a inauguração da pós-graduação em história na UFF, e em 1982 na UFRJ.

20 Notou-se também que os pesquisadores participantes do encontro ou eram professores de programas de pós-graduação ou pesquisadores de centros de documentação, apresentando as possibilidades de pesquisa nesses locais. Dentre as diversas apresentações, temos: Déa Ribeiro Fenelón, sobre o programa de pós-graduação em história da Unicamp-SP; Laima Mesgravis, sobre o curso de pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH da USP); Gilson Antunes, com breve histórico do Centro de Memória Social Brasileira (CMSB), no Rio de Janeiro; e Yara Aun Khoury, sobre o Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – atualmente chamado de Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho (Cedic/PUC-SP).

Desse modo, em todos esses casos, de acordo com Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade têm um papel decisivo na proteção do patrimônio documental local e regional e, também, no direito à informação e à memória que todo cidadão brasileiro deveria (ou deve) ter.

Bastardis reassegura que nesse período assistimos a um impulso nos estudos sobre a história recente do Brasil, que resultou na propagação de pesquisas nos arquivos públicos e privados do país: “A demanda por informação histórica trouxe à tona uma realidade de abandono e vazio organizacional em relação aos acervos que poderiam impulsionar o conhecimento da história do Brasil” (Bastardis, 2012, p. 48), revelando a necessidade de uma dedicação à questão da preservação e do acesso ao patrimônio documental no país.

Assim, indica-se que os arquivos privados eram tratados com uma perspectiva de que as dinâmicas de preservação trariam uma renovação das fontes históricas. Portanto, propõe-se a busca por “desnaturalizar os arquivos em seus enquadramentos metodológicos e institucionais”, bem como “dar visibilidade às narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos” (Heymann, 2012, p. 14).

Debates sobre o patrimônio documental

Como indicado anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, as associações acadêmicas ligadas aos arquivos e à história, como a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), o Arquivo Nacional (AN) e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), se envolvem com discussões e propostas sobre a preservação do patrimônio documental no Brasil.²¹

A legislação arquivística e a preocupação com a organização das instituições responsáveis pela preservação dos arquivos foram temas recorrentes nos debates do campo do patrimônio, da arquivologia e da história naqueles anos. Junto às demandas sociais pela renovação da história e da memória, emergem propostas e perspectivas para a criação de um arcabouço jurídico capaz de orientar os procedimentos relacionados à preservação do patrimônio documental. O diálogo com as publicações e com os anais de seminários e encontros dos profissionais dessa área indicam os principais temas e direções desse debate.

²¹ Essa seleção deve-se ao fato de serem instituições ou associações que apresentam total ou parcial relação com processos de demandas memoriais, renovação historiográfica brasileira e preservação do patrimônio documental.

Títulos de artigos das revistas ou de comunicações de pesquisa, tais como “A importância social dos arquivos”, “Arquivos, política, administração e cultura”, “Arquivo e cidadania”, “A popularização dos arquivos”, “Acesso à informação nos arquivos brasileiros” e “Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e o negro na sociedade atual”, dão pistas sobre a natureza desse debate. Aí se destacam temas como o diagnóstico sobre o estado precário do patrimônio documental do país e a necessidade de ações para a garantia de seu tratamento e sua preservação; o estabelecimento de uma política para a organização e utilização de documentos públicos e privados; a necessidade de identificação e preservação de documentos históricos relacionados aos novos temas da historiografia; a questão do acesso e democratização dos arquivos, entre outros.

Para corroborar esse argumento, pode-se perceber a disseminação dessas temáticas e preocupações nos ambientes acadêmicos através das discussões registradas nos anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e dos simpósios nacionais da Anpuh, além de artigos nas revistas *Acervo* e *Arquivo & Administração*.

Destarte, no VI Simpósio Nacional da Anpuh, em 1971, temos a apresentação do professor da UFF, José Pedro Esposel, intitulada “Os arquivos no Brasil: atualidade e perspectivas”, em que o autor analisa a valoração dos arquivos pelos pesquisadores a partir da situação em que se encontravam os arquivos, valorando que, “nos simpósios da Anpuh, a mais expressiva oportunidade que se oferece no Brasil para exame e discussão dos problemas relacionados com a história, cabem, a nosso ver, algumas considerações sobre matéria arquivística, eis que são muito estreitas as relações, inclusive de dependência, entre as duas áreas” (Esposel, 1971, p. 8-9).

Mesmo que o autor considerasse estreita a relação entre arquivistas e historiadores, ele ainda asseverou que

a pesquisa histórica vai aos poucos, então, ganhando em qualidade e crescendo em quantidade, embora enfrentando, ainda, problemas que, impedindo ou retardando sua plena expansão, contendo-a mesmo, se refletem negativamente no progresso do país. Entre eles avulta o dos arquivos onde a história se mantém, podemos dizer, “aprisionada”. (Esposel, 1971, p. 8-9)

No mesmo evento, o trabalho da professora Antonieta de Aguiar Nunes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o título “Relacionamento entre cursos universitários de história e arquivos e museus” (Nunes, 1971, p. 101-102), também discorre sobre essa questão ao delinear a importância da preservação dos arquivos pelos

profissionais da área de ciências humanas e sociais. Mesmo que pareça redundante, num simpósio de professores universitários de história,

a maioria dos quais bastante familiarizados com a lide nos arquivos, eu venha falar do possível relacionamento de cursos universitários de história com arquivos e museus. Acontece, porém, que a maior parte dos nossos contatos com os arquivos (não a totalidade, felizmente) se dá de modo individual e esporádico através das pesquisas que fazemos para os trabalhos históricos (Nunes, 1971, p. 67).

Em outro momento, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, a apresentação de Stanley Hilton,²² intitulada “O estudo da história contemporânea” (Hilton, 1979, p. 259-270), também trabalha a questão da pesquisa histórica e das fontes, pois esse pesquisador descreve a dificuldade em lidar com os arquivos como fontes para pesquisas acadêmicas. Para o autor, o Brasil não acompanhava o ritmo de estudos dos países estrangeiros, e essa defasagem se justificava pela inexistência de centros de depósito para coleções de manuscritos ligados à história contemporânea. Para uma possível resolução desse problema, Stanley aponta o recém-criado Centro de História Contemporânea, no Arquivo Nacional, “como reflexo de uma crescente consciência de que maior ênfase precisa ser dada ao estudo do passado recente” (I CBA, 1972, p. 259).

O autor afirma que a história contemporânea tem sofrido um certo “descuido pelos historiadores profissionais no Brasil”, ao contrário de outros países, como Inglaterra e EUA, cujas instituições dão acessibilidade aos arquivos da história contemporânea daquelas nações. Assim, afirma que “os textos de história tendem a terminar com o advento da República e, se retratam o século XX, o fazem sumariamente” (Hilton, 1972, p. 262). Hilton assevera que esse descaso se deve à falta de instrumentos de pesquisa, como catálogos, índices, bibliografias, e “falta de acesso institucionalizado a coleções de documentos” (Hilton, 1972, p. 263).

Esse aparente diálogo com as apresentações de Esposel, Nunes e Hilton sobre a questão da preservação e do acesso aos arquivos parece repercutir no III CBA,²³ em 1976, com o lançamento do “I Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil”.²⁴ A maioria dos participantes era composta por representantes de

²² Stanley E. Hilton é brasileiro, conhecido por suas obras referentes a personalidades políticas brasileiras, como: *Oswaldo Aranha: uma biografia*, *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*, entre outras sobre a história contemporânea do Brasil.

²³ O II CBA não se encontra disponível para consulta.

²⁴ Evento que ocorre em conjunto com o CBA.

arquivos públicos de estados brasileiros, como São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe, Bahia, entre outros. O intuito do seminário era que esses representantes apresentassem levantamentos sobre os conjuntos documentais desses arquivos públicos que servissem como base de pesquisa para que futuramente pudessem ser acessados.²⁵

Em 1977, no IX Simpósio da Anpuh, verificamos a continuidade desse debate em outros trabalhos, como no de Monica Hirst, em “Um guia para a pesquisa histórica no Rio de Janeiro: os arquivos privados” (Hirst, 1978, p. 25-53). Reunindo informações sobre os arquivos privados do Rio de Janeiro, descrevendo alguns dos conjuntos documentais privados das instituições arquivísticas cariocas, como o Cpdoc/FGV, a Casa de Rui Barbosa e o CMSB. A autora assevera que:

A realidade deste trabalho correspondeu à necessidade de reunir informações básicas e fundamentais sobre os arquivos privados no Rio de Janeiro. Seu objetivo consiste em elaborar um mapeamento de fontes documentais referentes ao período republicano da história do Brasil. Este levantamento visa basicamente fornecer pistas ao pesquisador para a localização de fontes primárias no Rio de Janeiro.

Dois anos depois, em 1979, durante o IV CBA,²⁶ realiza-se em conjunto com o congresso o II Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil,²⁷ no qual mais uma vez discutiu-se sobre o relacionamento entre arquivistas e historiadores e a utilização dos arquivos como fonte histórica. Esse debate nos indica as reflexões e discussões realizadas sobre a pesquisa histórica em nosso país, pontuando questões importantes sobre a necessidade de preservação do patrimônio documental para suprir a demanda que se iniciava com a renovação historiográfica brasileira.²⁸

Depois, ao longo da década de 1980, o debate com relação à preservação e acesso dos arquivos prosseguiu, incorporando as questões sobre variados tipos documentais, como fotografias e depoimentos orais, por exemplo. Nas edições 24 e 25 da revista *Arquivo & Administração*, ambas publicadas no ano de 1980,

25 Anais do III Congresso Brasileiro de Arquivologia (1979, p. 657-800).

26 O VI CBA ocorreu somente sete anos depois, em 1986, e não se obteve acesso aos anais do V CBA.

27 Anais do IV Congresso Brasileiro de Arquivologia (1982, p. 75-90).

28 Importante esclarecer que não se faz aqui relação entre esses trabalhos com possíveis artigos da revista *Acervo* porque sua primeira edição é de 1986. Com relação à revista *Arquivo & Administração*, a maioria das suas publicações divulga as prestações de contas da AAB ou artigos que buscam trabalhar a importância do profissional arquivista. Lembrando que a década de 1970 é considerada um marco do reconhecimento da ciência arquivística aqui no Brasil. Informações baseadas na leitura do livro de Bottino (2014).

encontram-se artigos com temas variados, como história oral; sistemática arquivística; desburocratização dos documentos; a desordem documental no Brasil, assim como um roteiro para um guia de arquivos privados. Note-se que a elaboração de guias é discutida a todo momento, já que serviria como excelente instrumento de pesquisa, facilitando a identificação dos acervos e o acesso aos arquivos e, consequentemente, o trabalho do pesquisador.

No XIII Simpósio da Anpuh de 1985,²⁹ temos a continuidade da discussão sobre os conjuntos documentais com o professor José Cláudio Barriguelli, ao propor um encontro sob o título “Preservação de acervos documentais no Brasil” (Barriguelli, 1985, p. 151-152), em que o historiador é identificado como sendo da Comissão Pró-Organização da Associação Paulista de Arquivos Privados. Percebe-se, mais uma vez, as demandas com relação à memória, à renovação historiográfica e à preservação do patrimônio documental.³⁰

No ano seguinte, o VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1986, “Arquivos, política, administração e cultura”, destaca questões correlatas, como a formação de uma política nacional de arquivos e a importância de cuidado e preservação com os documentos.³¹ Essa sessão plenária e o título dado ao congresso indicam a relevância que os arquivos estavam adquirindo devido a

todo o processo da mídia conscientizando para a preservação da memória, e no seu bojo divulgando a importância dos arquivos para a guarda e manutenção dos documentos de valor permanente produzidos e acumulados por agências governamentais [...] em consequência do processo de recuperação democrática do país. (Antunes, 1986, p. 12)

²⁹ Conforme já citado anteriormente, a Anpuh publicou, em sua edição de março de 1983, a transcrição do Encontro Documentação e Pesquisa Histórica, organizado por Anpuh e SPBC, realizado em Campinas/SP, no dia 9 de julho de 1982. O objetivo desse encontro foi adquirir mais informações sobre as pesquisas feitas no período, por meio das apresentações das instituições, seu funcionamento e perspectivas. *Revista Brasileira de História* (Anpuh, mar. 1983).

³⁰ É interessante destacar que não foram encontradas quaisquer informações sobre a existência dessa associação que instigue a necessidade de se investigar de forma mais ampla a existência de entidades dessa natureza no Brasil nesse período, ficando aqui como indicação de novas pesquisas.

³¹ Os relatores dessa sessão plenária foram: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco – na época diretora-geral do Arquivo Nacional, que fez uma apresentação sobre “O Arquivo Nacional e a Política Nacional de Arquivos”; Gilson Antunes da Silva – então pesquisador da FNPM/Pró-Documento, que expôs sobre o “Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica”; Antônio A. B. de Lemos – diretor do Ibict, que falou acerca da “Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e os arquivos”; Jorge G. da Costa – Fundação Getúlio Vargas, que discorreu acerca do “Posicionamento dos arquivos nas instituições públicas e privadas”; Inês Etienne Romeu – diretora do Arquivo do Estado de São Paulo, que falou sobre “O sistema de arquivos do estado de São Paulo”. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, “Arquivos: Política, Administração, Cultura”* (AAB, abr. 1986, p. 18). Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/6_cong_86-programas4.pdf. Acesso em: 30 set. 2017. Após 2017 a AAB foi fechada e seu acervo se encontra hoje sob a custódia do Arquivo Nacional.

Ainda nesse mesmo ano, temos publicações de artigos que trazem como temática central a avaliação, a preservação e o possível acesso a fontes históricas, como as fotografias, nos indicando a preocupação com uma análise sobre esse suporte documental, respondendo às novas demandas da renovação historiográfica no país. Também discorrem sobre a reorganização dos arquivos empresariais, além de um levantamento bibliográfico feito pelo Cpdoc sobre arquivos privados.³² Ressalte-se aqui como a questão da preservação dos conjuntos documentais era uma demanda corrente entre pesquisadores e profissionais da área naquele período.³³

A revista *Acervo*, nas edições de 1987,³⁴ também continua a abordar a questão da preservação dos conjuntos documentais ou o direito de acesso à informação por meio de temáticas relacionadas à área de humanas, que seria o tratamento de fontes históricas que estavam fazendo na época. Desse modo, os artigos discorrem sobre o tratamento de fontes na Bahia, sobre os arquivos cartorários e a fotografia como fonte histórica.

Além dos artigos que abordaram a questão das fontes, uma indicação bibliográfica é interessante para as futuras pesquisas acadêmicas, sendo em uma edição uma bibliografia sobre história oral e, na outra, sobre o acesso aos arquivos. Os editores afirmam que a bibliografia sobre o acesso aos arquivos inclui referências do acervo da biblioteca do Arquivo Nacional, nos catálogos do Cpdoc-FGV e no *Boletín de Información*, editado pelo Centro de Información Documental da Espanha.³⁵

Já no ano de 1988, um dos principais debates era sobre as fontes históricas e a memória nacional, exposto pelas comemorações do centenário da abolição da escravidão. Soma-se a essa discussão a conjuntura de recente abertura política representada pelo fim do regime militar, em que o país se preparava para a promulgação da nova Constituição federal.

³² Esses temas foram discutidos nas edições 29 e 30 da revista *Arquivo & Administração*, n. 1 e 2, 1986.

³³ Importante indicar aqui que o lançamento da revista *Acervo* substituiu o *Mensário do Arquivo Nacional*, publicação que vigorou de 1970 a 1982, funcionando como um instrumento de divulgação das atividades do AN. Na primeira edição da revista, pontua-se que o intuito é continuar com o trabalho que o *Mensário* já realizava, acrescentando-se, porém, o objetivo de “dotar o Arquivo Nacional de um instrumento ágil na divulgação de suas reais atribuições”, como recolher, preservar e dar acesso à documentação dos arquivos públicos, “além de atender aos pesquisadores na busca dos registros que reconstituem a história brasileira” (Franco, 1986). A edição de 1986 dessa revista trabalhou mais a questão da formação histórica dos arquivos nacionais, por essa razão será citada mais adiante no texto.

³⁴ Revista *Acervo* (Arquivo Nacional, jan./jun. 1987, p. 1-106; jul./dez. 1987, p. 1-97).

³⁵ Perfil institucional. Revista *Acervo* (Arquivo Nacional, jan./jun. 1987, p. 83; jul./dez. 1987, p. 97).

Desse modo, a primeira edição de 1988³⁶ da revista se constitui de um dossiê sobre a questão racial no Brasil, apresentando artigos sobre a historiografia relacionada à temática da abolição da escravatura em diferentes regiões do país, como Amazonas, Rio Grande do Sul, Goiás, entre outros. A bibliografia dessa edição trouxe teses e dissertações sobre o tema, e o perfil institucional apresentou o Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, instituição criada em 1973 com o objetivo de estudar e difundir a realidade contemporânea dos países africanos e asiáticos junto à comunidade acadêmica e à sociedade brasileira em geral.

Já na segunda edição daquele ano, a revista trouxe novamente artigos sobre a temática arquivística, pois também se comemorava os 150 anos de fundação do Arquivo Nacional, pelo decreto de 1838. Os artigos publicados naquela edição descreviam, basicamente, como foi o processo de criação e modernização do Arquivo Nacional, além da questão da gestão de documentos a que se assistia naquele período no país.

Para exemplificar esse debate, o artigo de Michel Duchein, “Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil” é bem ilustrativo, no qual o autor assegura que estava feliz e orgulhoso de ter sido chamado por diversas vezes nos últimos dez anos pela diretoria do AN para fazer uma análise da situação dos arquivos públicos em nosso país e que constatou, no Rio de Janeiro e em Brasília, “o dinamismo do Arquivo Nacional e a rapidez de seu desenvolvimento. A comemoração de seus 150 anos é a ocasião para medir seu progresso. É, também, a de encarar com confiança seu futuro e desejar de uma juventude vigorosa a este venerável centenário” (Duchein, 1988, p. 97).

Nesse mesmo ano, a revista *Arquivo & Administração*, em sua edição 31, também se dedicou a publicar o “Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e o negro na sociedade atual”,³⁷ coordenado pelo Arquivo Nacional e considerado pelos profissionais da área, na época, como o “registro do nascimento e desenvolvimento do mais importante trabalho de levantamento de fontes realizado no país”.

Ainda em 1988, já com a “área arquivística mais consolidada e valorizada em território nacional” – nas palavras do então presidente da AAB, Jaime Antunes da Silva –, o VII Congresso da AAB foi dedicado “aos novos arquivos, novos registros e suportes da informação, com os desafios que representam o

³⁶ Revista *Acervo* (Arquivo Nacional, jan./jun. 1988, p. 1-137; jul./dez. 1988, p. 1-116).

³⁷ Revista *Arquivo & Administração*, Edição Especial, 38 (AAB, jul. 1988). Após essa edição especial, a AAB só publicou seu próximo número da revista no ano de 1994.

seu controle intelectual, conservação e acesso”, e teve como tema a “Nova arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação”.³⁸ Jaime Antunes afirmou, ainda, que esse congresso se dedicava aos “novos arquivos”,³⁹ e enfatizava “a discussão de uma política nacional de arquivos e a implementação de técnicas que viabilizem o domínio da produção documental, da administração de documentos, sua avaliação e controle, possibilitando, com rapidez, o acesso às informações neles contidas”. Desse modo, surgiam “novos registros e suportes da informação, com os desafios que representam seu controle intelectual, sua conservação e seu acesso para a área arquivística que considerava ser a mais consolidada e valorizada do país.”⁴⁰

O nosso congresso está enfatizando a discussão de uma política nacional de arquivos e a implementação de técnicas que viabilizem o domínio da produção documental, da administração de documentos, sua avaliação e controle, possibilitando, com rapidez, o acesso às informações neles contidas. (Antunes, 1988, p. 9)

Aqui as questões da informação e da gestão documental ganham destaque, indicando um deslocamento em relação aos debates dos anos anteriores, nos quais a ênfase recaía na questão do patrimônio documental, propondo um entrelaçamento maior entre os interesses de arquivistas e historiadores.

Alguns trabalhos apresentados no congresso demonstram essa questão. Os artigos “Acesso à informação nos arquivos brasileiros”, apresentado por Célia Costa e Priscila Fraiz, “A função social dos arquivos e o direito à informação”, de José Maria Jardim, e o “Acesso à informação científica e tecnológica dos arquivos”, de Antonio Agenor Briquet, salientam a importância do acesso às informações contidas nos conjuntos documentais.

Na comunicação de Costa e Fraiz discutem-se a regulamentação do acesso às informações dos arquivos no Brasil por meio de três vertentes: a presença do tema do acesso à informação nas Constituições brasileiras e sua discussão na Constituinte

³⁸ Programa do VII Congresso Brasileiro de Arquivologia, Nova arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação (AAB, jun. 1988, p. 8). Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/7_cong_88-programas5.pdf. Acesso em: 30 set. 2013.

³⁹ A menção aos “novos arquivos” presente na fala de Jaime Antunes refere-se aos arquivos privados e aos conjuntos documentais que ainda naquele momento se encontravam dispersos ou inacessíveis, mas também relacionado à questão da tecnologia da informação dentro da área arquivística, como os arquivos digitais, por exemplo.

⁴⁰ Programa do VII Congresso Brasileiro de Arquivologia, Nova arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação (AAB, jun. 1988, p. 8). Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/7_cong_88-programas5.pdf. Acesso em: 30 set. 2013.

de 1988; as condições gerais de acesso aos documentos nas principais instituições arquivísticas do país e, finalmente, a forma como o acesso à informação estava sendo discutido pelo Congresso Nacional no âmbito do projeto de lei que, posteriormente, dará origem à lei n. 8.159 de 1991,⁴¹ a chamada Lei de Arquivos.⁴²

Costa e Fraiz destacam também que, apesar da conquista do *habeas-data*⁴³ por meio da Constituição de 1988, os problemas relacionados à preservação e ao acesso aos conjuntos documentais ainda persistiam, afetando não só os “profissionais da área arquivística, senão todos aqueles que defendem a preservação e a divulgação do patrimônio documental do país” (Costa; Fraiz, 1989, p. 74).

Na comunicação de José Maria Jardim, foram aventados aspectos da evolução das instituições arquivísticas ao longo do século XX. O autor pontuou questões legais e técnicas referentes ao acesso aos documentos e ao conceito de direito à informação desenvolvido a partir dos anos 1960, juntamente com as questões relacionadas aos usos e às funções dos arquivos na administração pública na perspectiva de ampliação do uso social dos arquivos no Brasil (Jardim, 1988, p. 13).

Essas comunicações nos remetem ao texto de Bottino, que, ao descrever sobre os CBAs, assegura que a questão da informação foi a de maior destaque nesse congresso. De acordo com a autora, os participantes do VII CBA preocuparam-se em alertar e esclarecer as autoridades e os administradores em geral “sobre a natureza, valor e importância dos arquivos, como fonte primária de informação no processo de desenvolvimento nacional” (Bottino, 2014, p. 185).

Não obstante essa parcial mudança de perspectiva nos debates que estavam ocorrendo naquele período, note-se que a primeira edição da revista *Acervo*, de 1989,⁴⁴ publicou artigos comemorando o bicentenário da Inconfidência Mineira e da Revolução Francesa, com o diferencial de que divulgaram os arquivos consultados para a elaboração dos textos.

Já a segunda edição de 1989 – que na realidade acabou sendo publicada no ano de 1990 – indica a conjuntura histórica do período, pois o título do dossiê é

41 Programa do VII Congresso Brasileiro de Arquivologia (AAB, jun. 1988, p. 13-14).

42 Apesar de não ser o objetivo principal deste texto, atualmente tem-se diversos artigos que abordam o processo histórico sobre o avanço da legislação brasileira com relação aos arquivos privados no Brasil. Como exemplo, é importante citar dois artigos da professora Georgete Medlet Rodrigues, qual sejam: *Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história* (2011); e o outro em colaboração com sua aluna, Bruna Lopes: *Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações* (2017).

43 Ação que assegura o livre acesso de qualquer cidadão às informações a ele próprio relativas, constantes de registros, fichários ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

44 Revista *Acervo* (Arquivo Nacional, jul./dez., 1989, p. 1-123).

“Arquivo e cidadania”.⁴⁵ Esse título chama a atenção porque no início dos anos 1990 observa-se uma atuação da sociedade e de entidades não governamentais lutando pelo direito do cidadão no que se refere ao acesso à documentação e à informação pública, exigida como direito de todos.

Assim, a bibliografia indicada na revista versa sobre o acesso aos arquivos, o perfil institucional é sobre o Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/Unicamp⁴⁶ e a temática dos artigos abrange os estudos feitos na área da arquivologia. Destaca-se também o artigo de Regina Maria Martins Pereira Wanderley, intitulado “A popularização dos arquivos”, no qual a autora analisa a importância do acesso aos arquivos não só por acadêmicos, pesquisadores ou cartorários, mas também por qualquer cidadão que tenha interesse em investigá-los ou acessá-los (Wanderley, 1990, p. 120).

Wanderley afirma que cada vez mais a sociedade está exigindo a abertura dos arquivos, pois estes têm o “dever de mostrar seu potencial tanto ao leigo quanto ao cientista”. Afirma também que o uso dos arquivos

não pode ficar circunscrito a um espaço previamente definido, duro e compacto: é necessário traçar um itinerário complexo que faça crescer ou aguçar os sentidos do conhecimento, e destruir a pretensa erudição para simplesmente falar a linguagem da história – um trabalho intelectual de esclarecimento, destinado a todas as camadas sociais. Urge que se faça logo; a ocasião é propícia, passível de ser aproveitada para consolidar o direito de todos sobre o imenso patrimônio documental do país. (Wanderley, 1990, p. 89)

Ainda em relação à democratização dos arquivos e à disponibilização pública de documentos, o artigo “Pesquisando a memória: o Arquivo Nacional entre a identidade e a história”, de Cláudia Heynemann, também defende que os arquivos não devem mais ser vistos como simples depositórios de documentos. Para a pesquisadora, deve-se encará-los como uma instituição que preserva e organiza conjuntos documentais e dissemina informações, indicando como fundamental a garantia do livre acesso aos documentos para o exercício da cidadania e o “resgate da memória” (Heynemann, 1990, p. 83).

45 Revista *Acervo* (Arquivo Nacional, jan./jun. 1990, p. 1-125).

46 O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) iniciou suas atividades em 1974 com a chegada da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, pensador anarquista, militante das causas operárias, linotipista, arquivista e jornalista. Tais fontes foram adquiridas à época pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para constituir um centro de documentação que possibilitasse acesso às fontes primárias necessárias aos trabalhos do então recém-criado programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/historico>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Heynemann salienta também que o acesso aos arquivos contextualiza os sujeitos nos processos históricos por meio das pesquisas históricas que são realizadas a partir da documentação analisada nos arquivos. Para a autora,

a pesquisa histórica forma opinião, desperta controvérsia e dá um contorno nítido, projetando o indivíduo e sua classe social em um tempo longo que preserva através do conhecimento o que talvez fosse tão efêmero, convergindo então com todas as demais faces do exercício da cidadania que é a luta contra o esquecimento no que ele tem de mais terrível: a tentativa de tornar inútil e banal o que deu sentido aos cotidianos, obscurecer os conflitos, e assim matar a história. (Heynemann, 1990, p. 83)

Outro tema abordado na década de 1980 foi a formação dos arquivos nacionais e a legislação sobre arquivos. Novamente, na revista *Arquivo & Administração*,⁴⁷ destaca-se o artigo “A ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil”,⁴⁸ de Aurélio Wander Bastos, em que o autor faz uma análise sobre os problemas relativos à proteção legal de documentos históricos no país. Segundo o autor:

A ausência de uma legislação específica, ou mais grave ainda, a superposição de leis diferentes sobre assuntos idênticos, tem facilitado a interferência arbitrária nas decisões sobre recolhimento e acesso, com evidentes prejuízos para o nosso desenvolvimento científico e cultural [...]. A delimitação de uma política para a organização e utilização de documentos públicos e privados no país só seria possível se desenvolvesse um projeto de catalogação de atos legais que protejam documentos históricos, assim como uma indexação dos referidos documentos. (Bastos, 1980, p. 13)

Por meio desses artigos percebem-se as preocupações da comunidade dos profissionais da área de arquivos com a criação de uma legislação específica que regule a questão no Brasil, com a atualização das políticas frente à conjuntura internacional, como também para a sensibilização do governo e da sociedade para a importância dos arquivos e da preservação e gestão documental.

Na revista *Acervo* também se encontram artigos que discorrem a respeito da legislação sobre arquivos. “Os arquivos nacionais: estrutura e legislação”, escrito por Celina do Amaral Peixoto e Aurélio Wander Bastos, e “Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural”, escrito por César A. Garcia Belsunce, demonstram essa discussão.

⁴⁷ Revista *Arquivo & Administração* (AAB, abr. 1980).

⁴⁸ O artigo resulta de trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 19 de outubro de 1979.

O artigo de Peixoto e Bastos, por exemplo, descreve como ocorreu a formação dos arquivos nacionais, delineando os modelos de arquivos em França, EUA, Argentina, México, Peru e Brasil. Com relação à situação de nosso país, apresentam a dificuldade em cuidar de nossos arquivos, pois não havia ainda naquele momento uma política nacional de arquivos ou um investimento do governo federal em trabalhar essa questão, dificultando o trabalho dos profissionais da área. Afirmam que para trabalhar com a preservação dos arquivos

é imprescindível que a política de acervos documentais e a organização das instituições de arquivo se prestem, fundamentalmente, a um papel de apoio à administração pública e à pesquisa científica e também que a criação dos arquivos como centros de documentos historicamente significativos e a influência dos modelos administrativos modernizadores como forma de harmonizar em uma única organização os arquivos permanentes, intermediários e correntes. (Franco; Bastos; 1986, p. 9)

Ao final do artigo, afirmam que então “cabe aos arquivos nacionais recolher e guardar a documentação pública nacional”, ou seja, a questão da preservação dos conjuntos documentais é vista como prioridade para apoiar pesquisas científicas que utilizariam como fontes esses documentos que podem ser colocados como documentos históricos (Franco; Bastos; 1986, p. 21).

No que se refere ao artigo de Belsunce, o autor procura analisar a legislação internacional a respeito do patrimônio cultural para uma possível reflexão sobre uma legislação arquivística para o Brasil, apresentando, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; a Conferência Geral da Unesco de 1972 e 1975; declarações de Lima (1971), Quito (1973) e Bogotá (1978), indicando que essas recomendações não trabalham com o patrimônio documental da América Latina e que, então, deveríamos conjecturar sobre essa questão (Belsunce, 1986, p. 34).

Com relação a uma legislação específica sobre patrimônio documental, Belsunce afirma que existe uma produção de leis e regulamentos nacionais e de convenções internacionais. Porém, mais do que fazer um inventário de tais disposições legais, o autor deseja “considerar sobre no que deve consistir em uma política de proteção ao patrimônio documental” destacando três objetivos, quais sejam: 1 – conscientizar; 2 – integrar; 3 – institucionalizar. Em ambos os artigos, mesmo que não indicado de forma explícita, a questão da organização e da preservação dos conjuntos documentais existe, principalmente com o intuito de difundir o patrimônio documental, como foi indicado por Belsunce no parágrafo anterior.

Também temos a valoração do patrimônio documental sendo discutida no artigo de Norma Góes Monteiro, intitulado “O desafio dos arquivos nos estados federalistas”. Ao refletir sobre as dimensões técnicas e os assuntos políticos e administrativos do Arquivo Nacional, a autora aborda a importância de uma política descentralizadora para a preservação de arquivos dentro de um país federalista. “A concepção, além de flexível, é democrática, pois coloca os demais arquivos brasileiros em igualdade de condições com o Arquivo Nacional, ao qual compete irradiar políticas, diretrizes e normas (Monteiro, 1986, p. 155).

Outro tema discutido nesses periódicos é o da preocupação com a preservação dos arquivos estaduais e municipais. O n. 2 do volume 1 da revista *Acervo* de 1986 também trouxe artigos sobre o cuidado e o tratamento dos arquivos municipais. O artigo de Vera Moreira Figueira, intitulado “A viabilização de arquivos municipais”, discute as contribuições oferecidas pelos arquivos estaduais para a implantação de arquivos públicos nos municípios. Nele, a autora afirma que as relações dos arquivos estaduais com os municípios devem ser, sobretudo, políticas de envolvimento e convencimento e, para que o arquivo municipal seja viabilizado, são necessárias “a sobrevivência e a cristalização de qualquer projeto institucional [os quais] dependem, fundamentalmente, de legitimidade, apoio político e representatividade, os mais amplos possíveis, e os arquivos não escapam a essa regra” (Figueira, 1986, p. 159).

Note-se, então, a presença de uma discussão de caráter técnico-descritivo dos arquivos municipais, apresentando, dessa forma, a demanda pelo conhecimento diagnóstico desses arquivos. Como exemplo, na revista *Arquivo & Administração*, o artigo de Ana Maria Penha Mena Pagnocca e Célia Baldissera de Barros, “Avaliação da produção documental do município de Rio Claro: proposta para a discussão”, apresenta o processo de implantação do sistema de arquivos do município e a metodologia empregada para a organização da produção documental de Rio Claro (Pagnocca; Barros, 1986, p. 24).

Esses artigos, portanto, indicam as preocupações dos profissionais da área à época em conseguir, de alguma maneira, a constituição de instituições arquivísticas locais para a melhor preservação dos conjuntos documentais, como os arquivos estaduais e municipais, demonstrando a preocupação com uma política de preservação do patrimônio documental.

Pode-se notar, desse modo, que nos simpósios ocorridos nas décadas de 1970 e de 1980, as palestras, as apresentações de pesquisa em andamento, as mesas-redondas ou os seminários que abordassem temas como preservação dos conjuntos documentais, ou mesmo o acesso a eles, foram esparsas.⁴⁹

⁴⁹ Também é importante indicar que a falta de documentação sobre os simpósios dificultou as análises para este estudo, nos dando conclusões parciais sobre os eventos.

Diante do que foi exposto, a análise dos anais de congressos e de artigos das revistas permite afirmar que, na década de 1970, existia uma preocupação em trabalhar a relação do arquivista com os pesquisadores, centrada principalmente na preservação dos conjuntos documentais para possibilitar o acesso às fontes históricas.

Para tal, discutiram-se questões como a formação dos arquivos nacionais, a importância de uma legislação sobre arquivos e o olhar sobre o patrimônio documental, seja para preservação, seja para seu acesso. Isso em ambas as áreas, tanto na história como na arquivologia.

No entanto, mais para o final da década de 1980, as discussões e os debates ocorridos nos seminários, nos congressos e nos artigos de revistas, premidos pela conjuntura da Constituinte e da reestruturação institucional do país, a área da arquivologia não só passou a priorizar a questão da gestão documental e do acesso à informação, como parece que se distanciou de outras questões sobre memória, patrimônio e história propostas por historiadores e outros pesquisadores da área de ciências humanas. Assim, percebe-se que, no âmbito da discussão sobre as memórias, esse tema deixa de ser a ênfase para aqueles que lidam com os arquivos, uma vez que passam a priorizar a questão da gestão e do acesso à informação.

Considerações finais

O que se procurou neste artigo foi traçar uma paisagem das interlocuções existentes entre instituições arquivísticas e as associações então comprometidas com a área dos arquivos. De um modo geral, esta análise converge para a perda de referências sobre a historicidade dos conjuntos documentais brasileiros, tendo em vista que a trajetória do campo da arquivologia caminhou para a especialização técnico-científica, delimitando o espaço de atuação do historiador e o do arquivista, por exemplo.

Na discussão realizada, buscou-se indicar que o interesse pelos arquivos – seu uso social e seus significados – e pelas histórias que neles se inscrevem mostram-se como instrumentos políticos e artefatos dotados de valor simbólico em torno dos quais projetos se estruturam e grupos se articulam, remetendo novamente à ideia de legado.

Um legado que o arquivo deve documentar, pois diversos sentidos lhe são conferidos, seja pelos gestores desse legado, seja por seus usuários, perdendo-se de vista uma dimensão importante que tem sido discutida em relação a outros universos documentais, que pode ser resumida nesta formulação: o arquivo preserva e, ao mesmo tempo, institui e alimenta o legado (Heynemann, 2012, p. 36).

Também procurou-se demonstrar neste artigo que os profissionais da área das ciências humanas ou da arquivologia precisam reexaminar suas concepções sobre a neutralidade e a objetividade dos arquivos e de sua atuação, ou seja, devemos politizar a questão do processo de preservação dos conjuntos documentais privados. Em convergência com o proposto pela historiadora Heloísa Faria Cruz (2016), é necessário que os profissionais que trabalham com esses arquivos privados, mas também em outros acervos, reexaminem suas concepções sobre a neutralidade e a objetividade dos arquivos e de sua atuação.

No limite, o que junto com a autora assumimos é que é preciso não só reconhecer os movimentos de poder que conformam as disputas pelo controle dos arquivos, mas também atuar de forma ativa e posicionada, buscando equilibrar essa balança de poder, dando peso aos registros, às vozes, às demandas e aos projetos daqueles grupos que, muito frequentemente, têm sido marginalizados e silenciados nessa disputa.

Referências

- AAB. Arquivo & Administração, v. 8-14, 1980 a 1988.
- ANPUH. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, n. 5, mar. 1983.
- ARQUIVO NACIONAL. *Acervo*, v. 1-5, 1986 a 1990.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate). Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BASTARDIS, Jean. *O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no Iphan*. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1131>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BASTOS, Aurélio Wander. *A ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil*. Arquivo & Administração, n. 8, p. 3-18, 1980.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOTTINO, Mariza. *O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.
- CAMARGO, Célia Reis. *A margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 1999.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA. *Anais*, I-VII, 1972 a 1988.
- COSTA, Célia; FRAIZ, Priscila. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p. 63-76, 1989.
- CRUZ, H. de F. Direito à memória e patrimônio documental. *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 3, n. 2, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/306>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- FIGUEIRA, Vera Moreira. A viabilização de arquivos municipais. *Acervo*, v. 1, n. 2, p. 159-164, 1986.
- GARCIA BELSUNCE, César A. Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural. *Acervo*, v. 1, n. 1, p. 29-40, 1986.

- GLEZER, Raquel. Encontro Documentação e Pesquisa Histórica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh, v. 3, mar. 1983. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=35. Acesso em: 28 ago. 2023.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2069>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- GOMES, Yuri Queiroz. Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/uni-rio/12317>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- HEYMANN, Luciana Q. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj, 2012.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Pesquisando a memória: o Arquivo Nacional entre a identidade e a história. *Acervo*, v. 4-5, n. 1-2, p. 69-84, 1990.
- HILTON, Stanley E. O estudo da história contemporânea. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1972. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AAB, 1979, p. 259-270.
- HIRST, Monica. Um guia para a pesquisa histórica no Rio de Janeiro: os arquivos privados. *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 1, p. 25-53, 1978.
- JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- JARDIM, José Maria. A função social dos arquivos e o direito à informação. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 7., 1988.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, v. 1, n. 40, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/324>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. p. 525-541.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- LOPES, B. P.; Rodrigues, G. M. Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq. *Revista do Arquivo*, n. 2, p. 1-15, 2017.
- MIRANDA, M. E. Historiadores, arquivistas e arquivos. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p.1-14.
- MOLINA, Talita dos Santos. Caminhos e concepções da patrimonialização documental. Curitiba: Appris, 2022.
- MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento (1984-1988). 2018. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21251>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12778>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- NUNES, Antonieta de Aguiar. Relacionamento entre cursos universitários de história e arquivos e museus. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6., 1971, Goiânia. *Anais...* São Paulo: FFLCH-USP, 1973, v. 2. p. 67-102.
- PAGNOCCA, Ana Maria Penha Mena; BARROS, Celia Baldissera. Avaliação da produção documental do município de Rio Claro: proposta para a discussão. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 24-46, 1986.
- PITTALUGA, R. Notas a la relación entre archivo e historia: políticas de la memoria. *Anuario de Investigación e Información del CeDInCI*, Buenos Aires, v. 1, n. 6/7, p.1-7, 2006-2007.
- PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2064>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, v. 24, n. 1, p. 257-286, 2011.

SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. *Anais*, VI, IX
e XIII, 1977-1985.

WANDERLEY, Regina Maria Martins Pereira. A po-
pularização dos arquivos. *Acervo*, v. 4-5, n. 1-2,
p. 85-89, 1990.

Recebido em 18/8/2023

Aprovado em 18/1/2024